

3. Diversos

RELATÓRIOS

LISGARANTE — SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S. A.

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI, representado por Manuel Beirão Sousa Menezes.

Vice-presidente: AERLIS — Associação Empresarial da Região de Lisboa, representado por Vítor Ventura Ramos.

Secretário: CCCAM — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, representado por José Alberto Galo Vereda.

Conselho de administração:

Presidente: José António Ferreira de Barros.

Vogais:

Maria José Martins Catarino, indicada por Instituto de Turismo de Portugal.

José Fernando Ramos de Figueiredo, indicado por SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.

Jorge Rosa Peixoto, indicado por Associação Industrial Portuguesa.

José Carlos Gomes Leandro, indicado por AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro, indicado por Banco BPI, S. A.

Vítor Manuel Carvalho Madureira, indicado por Banco Espírito Santo, S. A.

José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo, indicado por Banco Comercial Português, S. A.

Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira Santos, indicado por Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Comissão executiva:

Presidente: José António Ferreira de Barros.

Membros:

José Fernando Ramos de Figueiredo.

Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro.

Vítor Manuel Carvalho Madureira.

José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo.

Fiscal único:

Efectivo: Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representado por António Augusto dos Santos Carvalho.

Suplente: Armando Luís Vieira de Magalhães.

Relatório do conselho de administração

Introdução

A Lisgarante terminou o seu terceiro ano de actividade, a par com as outras duas sociedades de garantia mútua existentes no mercado. Neste exercício económico verificou-se de novo um muito significativo crescimento da actividade desenvolvida, com o consequente reforço da presença da garantia mútua no sistema financeiro e no apoio ao financiamento das PME's.

Na prossecução da estratégia de proximidade que passa por constituir agências de forma a suprir as limitações de distância, no início de 2005 realizou-se a abertura da primeira agência no Algarve, localizada em Faro. Fruto de uma parceria com a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, prevê-se a mudança da agência da Lisgarante para as futuras instalações sede da AHETA.

Sendo sua missão continuar a fornecer soluções financeiras alternativas para o crescimento sustentado das empresas, dispondo-se a

prestar apoio na procura das melhores soluções financeiras para as Micro e PME e a dar a solução para a sua implementação, alargou-se a base de instituições financeiras com que tem estabelecido linhas de Financiamento para apoio das PME's, com a celebração de um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos. O protocolo com a CGD vem juntar-se aos já existentes com o Banco BPI, Grupo BES, Millennium BCP e Banco Santander Totta.

Em Junho de 2005 foi efectuado um aumento de capital da sociedade para 6 milhões de euros, que visou reforçar a capitalização da sociedade e, complementarmente, permitiu a adesão à estrutura accionista, por um lado, duas importantes instituições de crédito ainda não presentes — Caixa Geral de Depósitos e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo —, e, por outro, duas relevantes associações empresariais de âmbito regional — AERLIS — Associação Empresarial da Região de Lisboa e AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

Paralelamente, verificou-se ainda um reforço da posição accionista do ITP e da SPGM, assim como dos bancos accionistas Banco BPI, Banco Espírito Santo, Millennium BCP e Banco Santander Totta.

Durante 2005, considerando o novo valor do capital social, no âmbito da actividade desenvolvida, foram vendidas acções por accionistas promotores a accionistas beneficiários — mutualistas — num total de 16,8% do capital social.

A evolução da conjuntura económica continuou desfavorável levando ao aceleramento da deterioração económica de muitas empresas, com reflexo na carteira de garantias da Lisgarante. Neste âmbito, ocorreram os primeiros sinistros. Acresce, numa fase de elevada constituição de carteira nova, a aplicação do quadro regulamentar do Banco de Portugal, no respeitante à constituição de provisões económicas, para riscos bancários gerais, que afectou significativamente a rentabilidade do exercício.

No ano agora findo foram adquiridas, à SPGM, as instalações onde funciona a sede da sociedade.

Enquadramento macroeconómico

De acordo com as previsões de um conjunto alargado de peritos ligados às principais organizações internacionais, tais como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e a Comissão Europeia, a taxa de crescimento do PIB global deverá ser de, aproximadamente, 4,3% em 2005, criando-se boas expectativas para um crescimento económico sustentado em 2006.

Os indicadores divulgados em Dezembro vieram confirmar uma boa *performance* das principais economias mundiais, ainda que a ritmos distintos entre as várias regiões.

Quadro 1 — Taxa de crescimento do PIB (percentagem)

	2003	2004	2005P	2006P	2007P
Área euro	0,8	1,8	1,4	2,0	2,2
Japão	1,4	2,7	2,4	2,0	2,0
Estados Unidos	2,7	4,2	3,6	3,5	3,3
OCDE	2,2	3,4	2,7	2,9	2,9
Portugal	-1,3	1,2	0,8	1,0	1,8

Fonte. — OCDE.

Quadro 2 — Taxa de desemprego (percentagem)

	2003	2004	2005P	2006P	2007P
Área euro	8,8	8,9	8,7	8,4	8,1
Japão	5,3	4,7	4,4	3,9	3,5
Estados Unidos	6,0	5,5	5,1	4,8	4,7
OCDE	7,1	6,7	6,5	6,3	6,0
Portugal	6,4	6,7	7,5	7,8	7,7

Fonte. — OCDE.

Quadro 3 — Taxa de inflação (percentagem)

	2003	2004	2005P	2006P	2007P
Área euro	2,1	1,9	1,8	1,7	1,9
Japão	-0,2	-1,2	-1,1	-0,1	0,6
Estados Unidos	2,3	2,1	2,7	2,5	2,3
OCDE	1,8	2,0	2,1	1,9	1,9
Portugal	3,3	2,5	2,1	2,4	2,1

Fonte. — OCDE.

Estados Unidos da América

A economia americana continua a apresentar sinais bastantes positivos, tendo visto a sua produção aumentar a ritmos sustentados, em simultâneo com um acentuado crescimento da produtividade, estabilidade dos preços e medidas de estímulo orçamental e monetário. A persistência de muitos destes factores, conjuntamente com o dinamismo intrínseco a esta economia, leva a augurar que a retoma se mantenha numa trajectória estável, não obstante os danos provocados pelas catástrofes naturais que têm fustigado o continente americano e o forte aumento do preço do petróleo.

No dia 13 de Dezembro, a Reserva Federal aumentou a taxa de referência dos *federal funds* em 25 pontos bases para 4,25%, procedendo a um aumento de igual magnitude na taxa de desconto para 5,25%. Esta decisão foi justificada pela possibilidade de o aumento da utilização de recursos na economia e a manutenção dos elevados preços da energia poderem agravar as pressões inflacionistas, apesar de a inflação subjacente se manter a níveis relativamente baixos e as expectativas de longo prazo para a inflação permanecerem contidas.

O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, impulsionando a confiança dos consumidores, que aumentou em Dezembro.

Menos favorável é o comportamento da balança comercial, cujo défice atingiu em Outubro mais um máximo histórico, permanecendo ainda os riscos dos défices gémeos (orçamental e externo). Com efeito, os americanos continuam a comprar muito mais do que vendem ao resto do mundo, financiando-se à custa da injeção de capital vindo do estrangeiro, especialmente da Ásia.

Japão

Depois de ter marcado uma pausa no 2.º semestre de 2004, a actividade económica nipónica voltou a um crescimento vigoroso no 1.º semestre de 2005, não obstante a ocorrência de um conjunto de circunstâncias desfavoráveis. O valor final para o crescimento do PIB foi revisto em baixa, o que se deveu apenas a um contributo da variação de existências menor do que o estimado anteriormente.

Os resultados do inquérito trimestral às empresas (Tankan) publicado pelo Banco do Japão para o último trimestre de 2005 sugerem uma melhoria na confiança dos empresários, quer no que se refere à situação actual, quer quanto às expectativas futuras. Esta melhoria de índice de confiança também se faz sentir junto dos consumidores.

O mercado de trabalho, embora tenha vindo a apresentar uma evolução muito favorável manifestou um ligeiro recuo no fim do ano. Este comportamento resultou da passagem de empregados por conta própria para a situação de desempregados, verificando-se uma estabilização quer do número de activos quer dos empregados por conta de outrem.

Em Outubro, o crédito bancário nipónico registou a primeira variação homóloga positiva em vários anos, de acordo com os dados do Banco do Japão. Esta é mais uma indicação da retoma económica em curso e do esforço de reestruturação levado a cabo em anos recentes, tanto nas empresas como no sector bancário, onde se verificam importantes progressos na resolução do problema do crédito malparado. Apesar dos dados serem encorajadores, representam apenas a primeira indicação de recuperação do crédito após uma década de contracção. A confirmar-se o aumento do crédito bancário será determinante para a inversão do processo deflacionista e a mudança da política monetária do Banco do Japão, que deverá ocorrer no próximo ano fiscal.

Zona euro

Após vários anos de estagnação, 2005 foi um ano de sinais tímidos de uma retoma na economia europeia. Esses sinais vieram da maior economia da União Europeia, a Alemanha, que evitou uma recessão em 2005, e alguns indicadores apontam para uma melhoria da actividade económica. A recuperação da actividade será essencialmente suportada pelas exportações e pela formação bruta de capital fixo, devendo o consumo privado manter um crescimento moderado ao longo do horizonte de projecção. Pela primeira vez desde há muito tempo, os economistas demonstram um certo entusiasmo para a zona euro, revendo em alta as suas previsões de crescimento.

Em 2006, a economia europeia deverá continuar a beneficiar de uma conjuntura externa favorável, devida ao grande dinamismo da actividade dos EUA e, mais ainda, da Ásia, prevendo-se assim um maior aumento das exportações.

Um crescente movimento de ordens de encomendas deverá levar a um aumento da confiança dos industriais europeus e, por conseguinte, incentivá-los a investir e a empregar. A redução esperada do desemprego irá com certeza repercutir-se positivamente na confiança das famílias e, consequentemente, nas suas decisões de consumo.

Será principalmente na Alemanha que será esperada a construção de um círculo económico virtuoso, no qual a procura interna se destaca. A economia alemã deverá beneficiar em 2006 de dois impulsos positivos específicos, que são o campeonato mundial de futebol e as compras antecipadas por parte dos consumidores alemães perante o aumento da taxa de IVA em 1 de Janeiro de 2007.

No que diz respeito ao nível geral dos preços europeus, e perante sinais de crescimento de inflação nos países da moeda única, o BCE determinou, em Dezembro, uma subida das taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais para 2,25%, deixando o seu presidente antever que, ao longo de 2006, poderá haver mais subidas. Neste sentido, a maioria dos analistas espera que as taxas de juro subam mais 0,25 a 0,75 pontos percentuais.

Portugal

Quadro 4 — Indicadores sobre a economia portuguesa

	2003	2004	2005P	2006P	2007P
Taxas de crescimento:					
PIB	-1,2	1,2	0,4	0,8	1,2
Consumo privado	-0,3	2,3	2,2	1,0	1,5
Consumo público	0,3	1,2	1,0	-0,2	-
Investimento	-9,9	1,3	-2,4	0,3	2,3
Exportações	5,0	5,1	0,9	4,7	4,6
Importações	-0,1	7,0	1,7	3,0	4,1
Contributo para o crescimento do PIB:					
Procura interna	-2,6	2,0	1,1	0,7	1,5
Investimento	-	0,2	-0,1	-	-
Procura externa líquida	1,5	-1,0	-0,4	0,2	0,2
Taxa de desemprego (percentagem)	6,3	6,7	7,4	7,7	7,8
Taxa de poupança (percentagem do PIB)	10,8	10,0	9,8	9,5	9,4
Taxa de inflação (percentagem)	3,3	2,5	2,2	2,7	2,2
Como percentagem do PIB:					
Balança comercial	-8,4	-9,7	-10,9	-11,2	-11,1

	2003	2004	2005P	2006P	2007P
Balança de transacções correntes	- 6,1	- 7,8	- 9,5	- 9,7	- 9,4
Balança de pagamentos	- 3,6	- 5,8	- 7,9	- 8,1	- 8,0
Défice público (percentagem do PIB)	- 2,9	- 3,0	- 6,0	- 5,0	- 4,8

Fonte. — Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2005*, Novembro 2005.

Em Portugal continua a viver-se um período de alguma estagnação, embora a economia portuguesa tenha mostrado os primeiros sinais de retoma no 1.º semestre de 2005, visíveis quer no comportamento da procura externa, quer das importações e do consumo privado (neste último caso, em parte pela antecipação de compras devido ao aumento de dois pontos percentuais da taxa do IVA). Na segunda metade do ano, o consumo privado mostrou sinais de abrandamento, o investimento continuou com um comportamento negativo, no sector da construção e obras públicas e também noutros tipos de investimento empresarial. A evolução dos preços do petróleo é responsável pelo abrandamento da procura externa, o que se tem reflectido na revisão em baixa generalizada das previsões do crescimento económico para 2005.

O crescimento do PIB deverá consolidar-se em 2006 e 2007 em Portugal, mas ficando aquém da média da zona euro, continuando a economia a operar abaixo do seu potencial, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho. Este crescimento deverá ter por base a procura externa, ainda que com perda de quota no mercado mundial, até porque a procura interna deverá apresentar um comportamento desfavorável devido aos seguintes factores: o consumo privado será prejudicado pelo aumento do desemprego; o consumo público, pela necessidade de consolidação orçamental; e o investimento, que continuará a tendência negativa do 2.º semestre de 2005.

O desemprego deve manter uma tendência de crescimento até 2007, com maior incidência na indústria. O elevado nível de desemprego deve permitir manter os custos salariais unitários sob controlo, contribuindo para aumentar a competitividade da economia.

A inflação apresentava-se em queda até meados de 2005, altura em que a alteração da taxa normal do IVA de 19% para 21%, provocou um efeito negativo sobre a mesma. Em 2006 e 2007, o efeito do aumento do IVA dever-se-á desvanecer e a ausência de qualquer pressão por parte da procura deverá contribuir para a continuação da desaceleração da inflação.

A consolidação orçamental continuará a ser o principal desafio da política económica. Após um importante aumento do défice, em 2005, mais evidente no 1.º semestre, provocado pelas despesas sociais e pela decisão do governo em cancelar receitas extraordinárias, é esperada uma redução nos próximos anos, como resultado de aumento de impostos, congelamento de despesas e reformas profundas no lado da despesa.

Em 2005, regista-se um aumento da receita fiscal, superior ao aumento das taxas de incidência aplicadas, o que indicia um aumento da eficiência da administração fiscal na cobrança de impostos.

No lado da despesa, quer a despesa salarial, quer as despesas com a saúde, bem como o aumento do número de reformados, criam uma pressão para a subida. No entanto, esperam-se efeitos positivos do aumento dos impostos especiais sobre o consumo, do corte dos benefícios fiscais, das alterações dos esquemas de reforma e de gestão da administração pública.

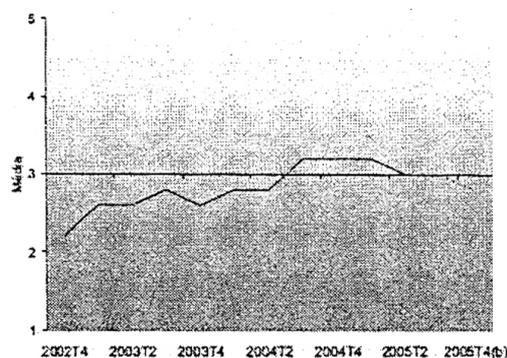
Não obstante o efeito positivo destas medidas sobre o défice, elas impedirão uma recuperação da procura interna e da poupança no curto prazo, a que acresce que o esforço social poderá não ser recompensado, uma vez que o reduzido crescimento pode anular o efeito destas medidas.

Para promover uma estratégia de crescimento para Portugal, o Governo apresentou recentemente o plano tecnológico, visando a criação de melhores condições para a inovação, apostando também na qualificação e tecnologia, pretendendo-se criar condições para o aumento sustentado da produtividade a médio e a longo prazos.

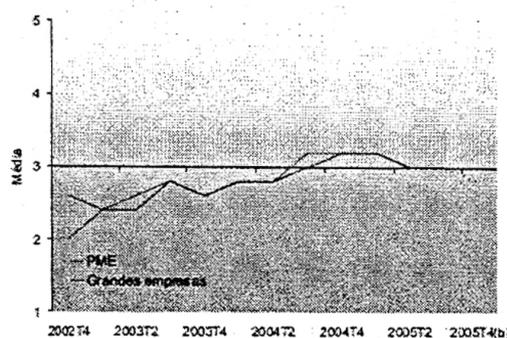
Mercado de crédito

Pela análise dos inquéritos aos Bancos sobre o mercado de crédito realizado pelo Banco de Portugal ao longo de 2005, podemos constatar uma evolução positiva da oferta de crédito no 1.º trimestre, com inversão desta tendência a partir daí, e uma evolução negativa ao nível da procura.

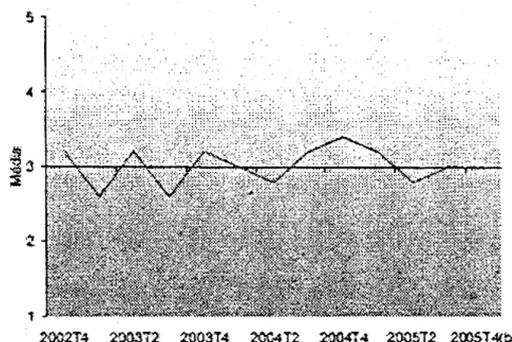
Oferta de crédito (a) — empresas (apreciação geral)



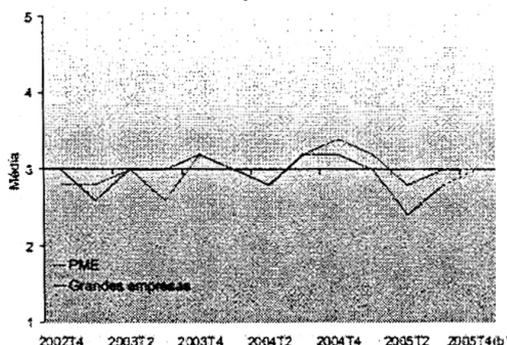
Empresas



Procura de crédito (a) — empresas (apreciação geral)



Empresas



(a) Evolução da oferta e procura de crédito a empresas in Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito (Banco de Portugal, Outubro de 2005).

No 1.º trimestre de 2005 registou-se uma tendência de menor restituidade dos critérios de concessão de crédito, situação que decorre sobretudo de uma maior pressão concorrencial entre as instituições de crédito.

No entanto, uma percepção de risco acrescido, associado à actividade económica em geral, a certos sectores de actividade ou a empresas específicas, bem como o aumento do custo do capital e a existência de restrições de liquidez do balanço dos bancos, levaram a que esta tendência tivesse sido interrompida, mantendo-se a política de crédito estável nos 2.º e 3.º trimestres, sendo igualmente essa a expectativa para o 4.º trimestre. Estes factores contribuíram para duas tendências distintas ao longo do ano: por um lado a redução dos *spreads* praticados nas empresas e operações de risco médio e inferior, por outro, o aumento nas outras empresas.

No 3.º trimestre, as instituições de crédito demonstraram alguma preocupação com a qualidade das garantias solicitadas no âmbito das operações de crédito, situação que poderá representar uma restrição no acesso ao crédito no futuro.

Ao nível da procura, ao longo do ano registou-se uma tendência de queda da procura de crédito, com excepção nas necessidades de financiamento para reestruturação de dívida. Há expectativas de que esta tendência de contracção da procura se mantenha.

Actividade

Enquadramento

A carteira completa de operações da Lisgarante, incluindo a que transitou do referido processo de cisão, está automaticamente coberta num montante que, por regra, assume um mínimo de 50% do capital garantido, através do Fundo de Contra-Garantia Mútuo, nos termos da legislação aplicável.

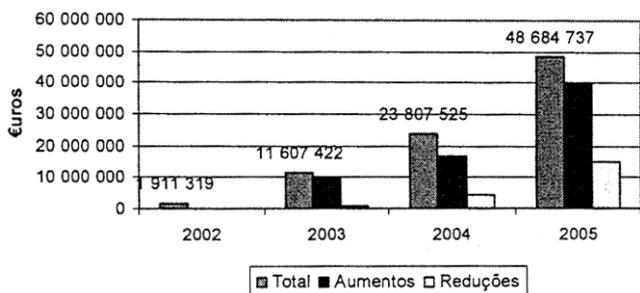
Ao abrigo de um acordo entre o Fundo de Contra Garantia Mútuo (FCGM) e o Fundo Europeu de Investimento (FEI), cessou em 31 de Dezembro de 2003 e reiniciou em 15 de Novembro de 2004 uma linha de garantias a empréstimos bancários, para PME com menos de cem trabalhadores, que pode ser coberta a 75%, destinada a financiamentos bancários de prazo não inferior a três anos, beneficiando o FCGM de uma garantia de terceiro grau daquele. No período de interregno, entre 1 de Janeiro e 15 de Novembro de 2004, uma deliberação do FCGM definiu uma linha especial, que estabeleceu a possibilidade de contra garantir as operações em percentagem equivalente à do contrato FEI, permitindo a continuidade desta linha especial de garantias.

Já em 2005, foi criada uma linha especial para apoio ao investimento na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) que permitiu o alargamento da linha de garantia a 75%, normalmente associada ao FEI, a PMEs com mais de 100 trabalhadores desde que o apoio seja destinado a investimento produtivo.

Actividade desenvolvida

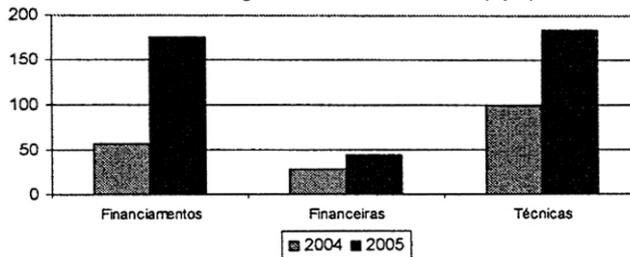
A saldo da carteira de garantias vivas ascendeu no final do ano a 48 685 000 euros, crescendo 24 877 000 euros face aos 23 808 000 euros no final de 2004. Para a obtenção deste valor foram emitidas garantias no valor de 40 047 000 euros, num total de 404 garantias contratadas, e houve a redução de 15 170 000 euros. A taxa de redução de garantias, nesta fase de juventude da carteira, cresceu assim de 16% em 2004 para 24% em 2005.

Evolução da carteira de garantias

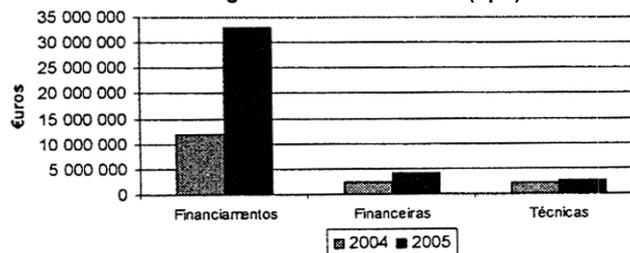


A seguir apresenta-se a evolução acumulada do número e montante de garantias concretizadas, por tipologias, em que se destaca, em número, o crescimento das garantias financeiras e técnicas e, em valor, o aumento do peso das garantias a financiamentos (83% da carteira constituída no ano).

Número de garantias contratadas (tipo)



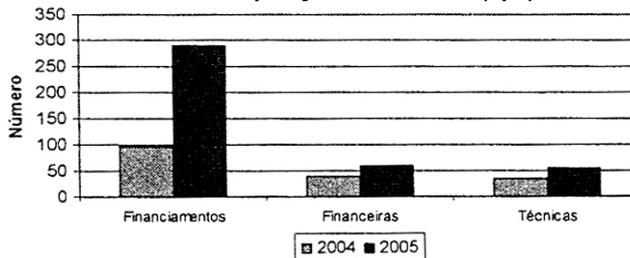
Valor de garantias contratadas (tipo)



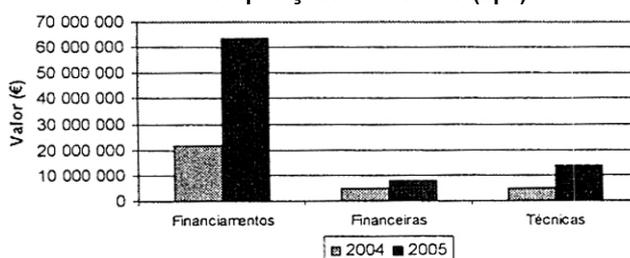
Para a obtenção destes resultados foram analisadas propostas num montante de 85 570 000 euros mais do que duplicando o montante de 2004, de 31 346 000 euros. Do total de operações analisadas destacam-se as entidades bancárias protocoladas, nomeadamente o Banco BPI, Banco Espírito Santo, Banco Comercial Português e Caixa Geral de Depósitos, que foram responsáveis por 54% da actividade, com proposta de operações no total de 45 892 000 euros.

Apresenta-se, por tipologia, a evolução acumulada do número e montante de operações analisadas.

Número de operações analisadas (tipo)

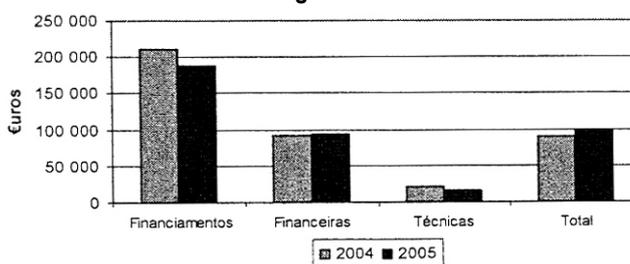


Valor das operações analisadas (tipo)



O valor médio das garantias contratadas cresceu para 99 000 euros, face aos 90 000 euros em 2004. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento do peso dos financiamentos, mais que triplicando face a 2004, apesar da redução do seu valor médio. A seguir apresenta-se a evolução do valor médio das garantias contratadas.

Valor médio de garantias contratadas



Análise económica e financeira

O exercício de 2005 registou uma diminuição de 107 000 euros no resultado antes de impostos, o qual totalizou 170,4 mil euros negativos. O imposto sobre lucros estimado ascende a 13,2 mil euros, representando uma taxa de 1,6% do total de proveitos e de 7,7% do resultado antes de impostos.

Resultados	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	Taxa de crescimento anual (percent.)
Total de proveitos	465 918,02	100,0	851 419,35	100,0	385 501,33	82,7
Total de custos	528 982,07	113,5	1 021 852,97	120,0	492 870,90	93,2
Resultado antes de impostos	- 63 064,05	- 13,5	- 170 433,62	- 20,0	- 107 369,57	170,3
Impostos sobre lucros	32 176,80	6,9	13 249,47	1,6	- 18 927,33	- 58,8
Resultado do exercício	- 95 240,85	- 20,4	- 183 683,09	- 21,6	- 88 442,24	92,9

Em 2005, os proveitos totais da Lisgarante foram de 851,4 mil euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 82,7%. Esta variação resulta, por um lado, do aumento da rubrica de juros e proveitos equiparados, decorrente da prestação de garantias (cujo valor representa de *per si* 59,9% do total dos proveitos da sociedade) e, por outro, do aumento das reposições e anulações de provisões. Ambas as variações reflectem a consolidação da carteira da Lisgarante, agora no seu terceiro ano de actividade.

As variações positivas referidas anteriormente são apenas contrariadas pela redução verificada na rubrica de outros proveitos de exploração (explicável porque, no ano de 2004, se registaram, com carácter de excepção, proveitos decorrentes da alteração do método de cálculo da comissão de contragarantia paga ao Fundo de Contragarantia Mútuo). A variação total desta rubrica é, no entanto, compensada pelo maior nível de comissões de análise, emissão e montagem obtidas.

Proveitos	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	Taxa de crescimento anual (percent.)
Juros e proveitos equiparados	422 678,89	90,7	666 184,04	78,2	243 505,15	57,6
Por garantias prestadas	272 451,21	58,5	510 330,21	59,9	237 879,00	87,3
Outros juros	150 227,68	32,2	155 853,83	18,3	5 626,15	3,7
Reposições e anulações de provisões	19 953,84	4,3	160 848,82	18,9	140 894,98	706,1
Outros proveitos de exploração	20 470,29	4,4	19 783,29	2,3	- 687,00	- 3,4
Ganhos extraordinários	2 815,00	0,6	4 603,20	0,5	1 788,20	63,5
<i>Total</i>	465 918,02	100,0	851 419,35	100,0	385 501,33	82,7

O valor total dos custos suportados aumentou, em 2005, cerca de 492,9 mil euros, para o que contribuiu o acréscimo de cerca de 88,5% da rubrica de gastos gerais administrativos, que inclui os custos com pessoal e outros gastos administrativos, grandemente relacionados com a abertura da agência do Algarve e o aumento da escala de produção. Os gastos gerais administrativos representam 60,8% do total de proveitos da sociedade (constituindo 50,7% do total de custos antes de impostos do ano corrente).

O aumento dos custos ficou a dever-se, para além dos factores anteriormente mencionados, à variação ocorrido na rubrica de provisões do exercício — que, naturalmente, é uma das principais componente dos custos, representando 49,3% dos proveitos totais. Deve ser realçado que esta variação reflecte não só um maior nível de actividade, que, obrigatoriamente, leva a um aumento de provisões para riscos gerais de crédito, mas também a constituição de provisões para crédito vencido (sobretudo para garantias executadas) no valor de 85 000 euros, e, ainda, o reforço em 191 000 euros das provisões económicas. Estes dois tipos de provisões são fortemente influenciadas pela degradação das condições em que um elevado número de pequenas e médias empresas tem vindo a operar.

Custos	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	Taxa de crescimento anual (percent.)
Juros e custos equiparados	646,57	0,1	11 096,61	1,3	10 450,04	1 616,2
Comissões	18 958,24	4,1	22 903,24	2,7	3 945,00	20,8
Gastos gerais administrativos	274 783,02	59,0	517 833,39	60,8	243 050,37	88,5
Custos com pessoal	192 470,03	41,3	314 748,15	37,0	122 278,12	63,5
Outros gastos administrativos	82 312,99	17,7	203 085,24	23,9	120 772,25	146,7
Amortizações do exercício	28 791,22	6,2	46 897,77	5,5	18 106,55	62,9
Outros custos de exploração (b)	203,33	0,0	2 551,87	0,3	2 348,54	1 155,0
Provisões do exercício	205 140,87	44,0	419 407,89	49,3	214 267,02	104,4
Crédito cobrança duvidosa	13 438,31	2,9	84 996,59	10,0	23 162,97	532,5
Riscos gerais crédito	61 833,62	13,3	143 434,24	16,8	13 565,30	132,0
Riscos bancário gerais	129 868,94	27,9	190 977,06	22,4	61 108,12	47,1
Perdas extraordinárias	458,82	0,1	1 162,20	0,1	703,38	153,3
<i>Total de custos antes de impostos</i>	528 982,07	113,5	1 021 852,97	120,0	492 870,90	93,2

(a) Percentagem do total de proveitos.

(b) Inclui impostos (não sobre os lucros).

Em 31 de Dezembro de 2005, o activo líquido ascendia a 7,05 milhões de euros, superior em cerca de três milhões de euros, ao valor do ano anterior (4,05 milhões de euros). Com um valor de capitais próprios de 5,69 milhões de euros, reflectindo já o aumento do capital social de 3,76 milhões de euros para seis milhões de euros, realizado em Junho de 2005 por entradas de dinheiro, a autonomia financeira da Lisgarante era, em 31 de Dezembro, de 81%. O passivo financeiro da sociedade limita-se às dívidas pela locação financeira de imobilizado, no valor de 705,7 mil euros (10% do valor do activo total), respeitante às instalações próprias da sede social e a equipamento de transporte.

Refira-se, finalmente, que a sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à segurança social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas entidades.

Perspectivas futuras

A Lisgarante manterá a estratégia de, simultaneamente, manter uma presença directa no mercado, apostando na relação de proximidade com as empresas, e reforçar relações com as principais instituições financeiras.

Por um lado, perspectiva-se a abertura de novas agências após o arranque da agência do Algarve, nomeadamente na Região Autónoma da Madeira. Por outro, pretende-se criar novas soluções de apoio ao crédito, em especial, por parte das micro e pequenas empresas. Neste âmbito, foi já criada em 2006, ao abrigo dos protocolos celebrados com os bancos accionistas, uma linha especial com uma instituição de crédito direccionada para a dinamização da garantia mútua na rede de retalho, perspectivando-se o seu alargamento a outras instituições de crédito accionistas.

Paralelamente, com o interesse e apoio dos accionistas públicos, ITP e IAPMEI, procurar-se-á colmatar falhas de mercado com a criação de linhas específicas de apoio, e potenciar os agentes de maior dinamismo, em especial em sectores de elevado potencial como o turismo. No âmbito do plano tecnológico, recentemente apresentado, espera-se a criação de linhas especiais do FCGM direccionadas para o apoio à criação e desenvolvimento de PME em áreas estratégicas e especialmente em áreas tecnológicas e inovadoras, ou apoiando o desenvolvimento regional, em linha com recente programa apresentado pelo IAPMEI, o FINICIA.

Agradecimentos

A adesão e a confiança dos nossos mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a garantia mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e das instituições bancárias.

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos accionistas e, muito especialmente, aos mutualistas que demonstraram acreditar no espírito de parceria consubstanciado numa nova forma de mutualismo, através da garantia mútua.

Expressamos, também, aos restantes órgãos sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respectivas áreas de actuação.

Aos colaboradores externos da SPGM, sociedade que desempenha funções de serviços partilhados para as SGM, essenciais para o bom funcionamento e sucesso da Lisgarante e da garantia mútua, queremos, ainda, expressar o nosso merecido reconhecimento.

As restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante e Garval, e seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento

verificado e pelos benefícios que mutuamente têm sido possíveis obter, em resultado da colaboração verificada em diversas operações.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo seu desempenho nas diversas funções exercidas, para o desenvolvimento do projecto Lisgarante.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, o conselho de administração propõe que a assembleia geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2005, no valor de 183 683,09 euros:

Para resultados transitados — 183 683,09 euros.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: José António Ferreira de Barros, presidente — Maria José Martins Catarino — José Fernando Ramos de Figueiredo — Jorge Rosa Peixoto — José Carlos Gomes Leandro — Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro — Vítor Manuel Carvalho Madureira — José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo — Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira dos Santos.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a participação no capital social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI — 1 528 210 acções;
 Instituto de Turismo de Portugal — 870 920 acções;
 SPGM — Sociedade de Investimento, S. A. — 383 929 acções;
 Caixa Geral de Depósitos, S. A. — 297 000 acções;
 Banco Espírito Santo, S. A. — 247 664 acções;
 Banco Comercial Português, S. A. — 224 000 acções;
 AHETA — 220 400 acções;
 Caixa Central de Crédito Agrícola Mútua — 100 000 acções;
 Banco BPI, S. A. — 97 500 acções;
 Associação Industrial Portuguesa — 45 000 acções.

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no capital social da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI — 25,47%;
 Instituto de Turismo de Portugal — ITP — 14,52%.

O Conselho de Administração: José António Ferreira de Barros, presidente — Maria José Martins Catarino — José Fernando Ramos de Figueiredo — Jorge Rosa Peixoto — José Carlos Gomes Leandro — Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro — Vítor Manuel Carvalho Madureira — José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo — Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira dos Santos.

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	1 500,00	—	1 500,00	1 000,00
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	216 301,26	—	216 301,26	170 561,92
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	5 861 500,00	—	5 861 500,00	3 714 000,00
4 — Créditos sobre clientes	106 107,50	94 212,28	11 895,22	1 245,80
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — emissores públicos	—	—	—	—

	(Em euros)			
	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes do capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	8 903,92	7 270,06	1 633,86	1 906,17
10 — Imobilizações corpóreas	983 699,08	148 314,12	835 384,96	65 539,12
(Dos quais imóveis de serviço próprio)	(755 545,98)	(6 831,90)	(748 714,08)	—
11 — Capital subscrito e não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	68 666,73	—	68 666,73	65 289,23
15 — Contas de regularização	56 601,90	—	56 601,90	35 339,66
16 — Prejuízos do exercício	183 683,09	—	183 683,09	95 240,85
<i>Total do activo</i>	<u>7 486 963,48</u>	<u>249 796,46</u>	<u>7 237 167,02</u>	<u>4 150 122,75</u>

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	—	—
b) A prazo ou com pré-aviso	—	—
2 — Débitos para com clientes:		
a) À vista	—	—
b) A prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	783 257,74	84 700,09
5 — Contas de regularização	177 987,60	110 101,24
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	398 444,75	222 603,54
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	6 000 000,00	3 760 000,00
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	9 825,33	9 825,33
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	132 348,40	37 107,55
14 — Lucros do exercício	—	—
<i>Total do passivo</i>	<u>7 237 167,02</u>	<u>4 150 122,75</u>

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
1 — Passivos eventuais:		
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados	48 684 736,88	23 807 525,25
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos:		
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	2 056 800,35	810 500,00

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Maria José Martins Catarino* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Jorge Rosa Peixoto* — *José Carlos Gomes Leandro* — *Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro* — *Vitor Manuel Carvalho Madureira* — *José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo* — *Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira dos Santos*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

	(Em euros)	
	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	11 096,61	646,57
2 — Comissões	22 903,24	18 958,24
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	517 833,39	274 783,02
a) Custos com pessoal	314 748,15	192 470,03
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(269 952,97)	(161 335,63)
(— encargos sociais)	(44 795,18)	(31 134,40)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	203 085,24	82 312,99
5 — Amortizações do exercício	46 897,77	28 791,22
6 — Outros custos de exploração	37,40	—
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	419 407,89	205 140,87
8 — Provisões para immobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	—	—
11 — Perdas extraordinárias	1 162,20	458,82
13 — Impostos sobre lucros	13 249,47	32 176,80
14 — Outros impostos	2 514,47	203,33
15 — Lucro do exercício	—	—
<i>Total</i>	1 035 102,44	561 158,87

PROVEITOS

	(Em euros)	
	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	666 184,04	422 678,89
(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
2 — Rendimentos de títulos:		
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	—	—
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativos a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	19 783,29	20 470,29
8 — Resultado da actividade corrente	(171 360,15)	(65 216,90)
9 — Ganhos extraordinários	4 603,20	2 815,00
11 — Prejuízo do exercício	183 683,09	95 240,85
<i>Total</i>	1 035 102,44	561 158,87

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Maria José Martins Catarino* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Jorge Rosa Peixoto* — *José Carlos Gomes Leandro* — *Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro* — *Vitor Manuel Carvalho Madureira* — *José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo* — *Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira dos Santos*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores em euros)

Introdução:

A actividade da sociedade restringe-se à área de prestação de garantias, especialmente em formas intermediadas de financiamento, limitando a sua actuação às empresas com código de actividade económica do sector industrial, comércio, turismo, serviços (excepto educação e saúde) e construção.

As notas n.ºs 1, 2, 4 a 10, 12, 13, 15 a 22, 24, 26, 28 a 30, 32, 33, 36 a 38, 40 e 42 a 50, previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

3 — Critérios de avaliação:

I — Especialização de exercícios:

A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II — Provisões para riscos de crédito:

São constituídos três tipos de provisão:

Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e calculada:

1 — Em relação às garantias accionadas, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito vencido;

2 — Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o respectivo vencimento, constante no n.º 2 do artigo 3.º do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do aviso do Banco de Portugal,

apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores.

Uma provisão para outros riscos e encargos, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

III — Imobilizações corpóreas:

O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da sociedade está valorizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

IV — Provisões para impostos sobre lucros:

Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável. As diferenças que existem entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para a tributação em IRC respeitam sobretudo, às correcções fiscais resultantes da legislação em vigor.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Alie-nações (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras	8 903,92	6 997,75	—	—	—	272,31	—	—	1 633,86
	<u>8 903,92</u>	<u>6 997,75</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>272,31</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 633,86</u>
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	—	—	755 461,02	—	—	6 746,94	—	—	748 714,08
Obras em imóveis arrendados	84,96	84,96	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	133 242,82	93 128,70	37 210,61	—	—	25 453,60	—	—	51 871,13
Outras imobilizações corpóreas	33 900,00	8 475,00	23 799,67	—	—	14 424,92	—	—	34 799,75
	<u>167 227,78</u>	<u>101 688,66</u>	<u>816 471,30</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>46 625,46</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>835 384,96</u>
Total	176 131,70	108 686,41	816 471,30	—	—	46 897,77	—	—	837 018,82

No exercício de 2005, a Lisgarante procedeu à aquisição, em regime de locação financeira, de um imóvel de serviço próprio no valor de cerca de 755,5 mil euros. Durante o exercício foram, igualmente, adquiridos diversos equipamentos, incluindo alguns através de contratos de financiamento em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas relativas a estes contratos de locação financeira totalizavam o valor de cerca de 705,7 mil euros (relevada na rubrica de outros passivos — fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira).

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes:

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo:

	Outros créditos sobre instituições de crédito (a)		Créditos sobre clientes (b)	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	2 401 500,00	500 000,00	—	970,31
De três meses a um ano	3 460 000,00	3 214 000,00	90 106,53	399,51
De um ano a cinco anos	—	—	16 000,97	11 370,32
Mais de cinco anos	—	—	—	—
Duração indeterminada	—	—	—	—
	<u>5 861 500,00</u>	<u>3 714 000,00</u>	<u>106 107,50</u>	<u>12 740,14</u>

(a) Releva os montantes das aplicações constituídas pela Lisgarante em depósitos a prazo.

(b) Corresponde às dívidas de clientes resultantes da execução de garantias e da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo.

A variação verificada em outros créditos sobre instituições de crédito reflecte, em parte, o aumento de capital de 2,24 milhões de euros, efectuado em Junho de 2005.

23 — Compromissos assumidos:

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1.º grau. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias.

	2005	2004
Passivos eventuais:		
Garantias e avais	48 684 736,88	23 807 525,25
Outros passivos eventuais	—	—
Compromissos:		
Revogáveis	—	—
Irrevogáveis	2 056 800,35	810 500,00
	<u>50 741 537,23</u>	<u>24 618 025,25</u>

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avais, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 30 386 309,21 euros. Consequentemente, o valor líquido das garantias e avais prestados pela sociedade ascende a 18 298 427,67 euros.

25 — Movimento das provisões:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Reforços	Utilizações	Anulações/reposições	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Crédito de cobrança duvidosa:					
Outros créditos	11 494,32	84 996,59	—	2 278,63	94 212,28
Depreciação de títulos:					
Investimento	—	—	—	—	—
Outras aplicações:					
Imóveis	—	—	—	—	—
Títulos	—	—	—	—	—
Riscos gerais de crédito:					
Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal	92 734,70	143 434,24	—	52 599,41	183 569,53
Para outros riscos e encargos:					
Provisões económicas	<u>129 868,94</u>	<u>190 977,06</u>	—	<u>105 970,78</u>	<u>214 875,22</u>
	<u>234 097,96</u>	<u>419 407,89</u>	—	<u>160 848,82</u>	<u>492 657,03</u>

Consequência da inclusão do Fundo de Contragarantia Mútuo na lista de entidades constante do n.º 1.1 do artigo 15.º do aviso n.º 3/95 (alínea n), efectuado pelo aviso n.º 9/2003, a parte das garantias prestadas pela Lisgarante que se encontre contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, não está sujeita à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

Foram consideradas, neste exercício, provisões económicas no montante total de 191 000 euros, designadas no mapa acima como para outros risco e encargos. Esta verba resulta da consideração de diversos critérios de apreciação do risco inerente à carteira de garantias vivas da sociedade, nomeadamente a previsibilidade de ocorrência de sinistros e ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro de 2005.

27 — Contas diversas:

	2005	2004
Activo:		
Proveitos a receber	35 167,08	33 727,52
Despesas com custo diferido	21 419,35	1 612,14
Outras	15,47	—
	<u>56 601,90</u>	<u>35 339,66</u>
Passivo:		
Custos a pagar	47 471,14	30 752,39
Receitas com proveito diferido	129 635,98	79 348,85
Outras	880,48	—
	<u>177 987,60</u>	<u>110 101,24</u>

A rubrica de proveitos a receber refere-se na sua quase totalidade a juros vincendos de aplicações financeiras. A rubrica de despesas com custo diferido engloba 19,3 mil euros de despesas relacionadas com campanha publicitária da garantia mútua a diferir pelos anos de 2006 e 2007, bem como cerca de 1,5 mil euros referente ao diferimento de seguros.

As contas de regularizações registadas no passivo são constituídas na sua maior parte pelo diferimento das comissões de garantias (receitas com proveito diferido — cerca de 129,6 mil euros) e pela estimativa de férias e subsídio de férias.

31 — Outros activos e passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

	2005	2004
Outros activos:		
IRC a receber	8 821,43	—
Devedores e outras aplicações	59 845,30	65 289,23
	<u>68 666,73</u>	<u>65 289,23</u>
Outros passivos:		
Credores diversos	755 033,44	41 371,66
Outras exigibilidades:		
IRC	—	27 844,21
Diversos	28 224,30	15 484,22
	<u>783 257,74</u>	<u>84 700,09</u>

A rubrica de devedores e outras aplicações, refere-se integralmente a verbas de comissões de garantia a receber dos clientes.

Por seu turno, a rubrica de credores diversos regista os valores a pagar relativos à aquisição de instalações e equipamentos em sistema de *leasing* (cerca de 705,7 mil euros), sendo o remanescente referente a fornecimentos correntes.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto de selo, segurança social do mês de Dezembro e apuramento do IVA do 4.º trimestre de 2005.

34 — Volume de emprego:

Administração	9
Quadros directivos e técnicos	8
Secretariado e administrativos	3

35 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

	2005	2004
Conselho de administração	39 077,82	21 387,50
Fiscal único	6 021,33	5 540,64
Assembleia geral	550,00	550,00
	<u>45 649,15</u>	<u>27 478,14</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

39 — Demonstração dos outros resultados da exploração e dos resultados extraordinários:

	2005	2004
Outros resultados de exploração	—	—
Custos:		
Quotizações e donativos	—	—
Outros	37,40	—
	<u>37,40</u>	<u>—</u>
Proveitos:		
Prestação de serviços	19 265,70	14 994,19
Reembolso de despesas	517,59	838,89
Outros	—	4 637,21
	<u>19 783,29</u>	<u>20 470,29</u>
Resultados extraordinários	—	—
Perdas:		
Relativas a exercícios anteriores	911,28	358,82
Outras	250,92	100,00
	<u>1 162,20</u>	<u>458,82</u>
Ganhos:		
Relativas a exercícios anteriores	4 603,20	—
Mais-valias realização valores imobilizados	—	—
Outros	—	2 815,00
	<u>4 603,20</u>	<u>2 815,00</u>

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2005	2004
Reporte fiscal	—	—
Estimativa de impostos	13 249,47	32 176,80
Imposto pago	—	32 176,80

45 — Operações de locação financeira:

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido
Imobilizado regime locação financeira:			
Imóveis	755 545,98	6 831,90	748 714,08
Equipamento	57 699,67	22 899,92	34 799,75
	<u>813 245,65</u>	<u>29 731,82</u>	<u>783 513,83</u>

Outras informações:

A sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à segurança social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *Maria José Martins Catarino* — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Jorge Rosa Peixoto* — *José Carlos Gomes Leandro* — *Joaquim António de Magalhães e Araújo Pinheiro* — *Vitor Manuel Carvalho Madureira* — *José Joaquim Aguiar Freitas de Araújo* — *Alexandre Paulo Jesus Neves Ferreira dos Santos*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Lisgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., as quais compreendem o balanço em 2005 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de 7 237 167 euros, o qual inclui um prejuízo do exercício no valor de 183 683 euros, e um total de passivo, naquele mesmo montante, que inclui 6 000 000 euros de capital subscrito e realizado, bem como 9825 euros de reservas e resultados transitados negativos no valor de 132 348 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

5 — O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras,

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela

data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

8 — É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Porto, 17 de Fevereiro de 2006. — Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Em cumprimento das normas legais e estatutárias e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da Lisgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — Ao longo do ano, acompanhámos regularmente o desenvolvimento da actividade da Empresa, através da informação contabilística e dos esclarecimentos que nos foram sempre pontualmente prestados, quer pelo conselho de administração quer pelos serviços, havendo efectuado os exames e verificações que entendemos adequados nas circunstâncias para o desempenho das nossas funções.

3 — Encerrado o exercício, analisámos o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

4 — Tudo devidamente considerado, somos de parecer que merecem a vossa aprovação:

a) O relatório e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2005, apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 17 de Fevereiro de 2006. — O Fiscal Único, Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho, revisor oficial de contas.

Acta n.º 5 da assembleia geral

Aos 7 dias do mês de Março de 2006 teve lugar, pelas 15 horas e 30 minutos, a assembleia geral da Lisgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., nas suas instalações situadas na Rua Hermano Neves, 22, 3.ª-A, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Apreciação e votação do relatório de gestão e das contas referentes ao exercício de 2005;

2 — Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do mesmo exercício de 2005;

3 — Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2006;

5 — Deliberar sobre a alteração do artigo 15.º, n.º 1, dos estatutos da sociedade;

6 — Outros.

Estiveram presentes accionistas titulares de 63,52% do capital social tal como este estava registado ou inscrito até ao 15.º dia anterior ao da data da realização da assembleia geral, em conformidade com a lista de presenças que fica arquivada na sociedade, pelo que a assembleia geral reuniu em primeira convocatória, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos estatutos.

Estiveram ainda presentes todos os membros do conselho de administração, com excepção do José Carlos Gomes Leandro, bem como o fiscal único, Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. António Augusto Santos Carvalho.

A convocatória da presente assembleia foi publicada no *Diário da República*, n.º 17, 3.ª série, de 24 de Janeiro de 2006, bem como no jornal *Público*, de 27 de Janeiro de 2006.

Aberta a sessão com a leitura dos pontos constantes da ordem de trabalhos, o presidente da mesa entrou de imediato no ponto 1.º da

ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao conselho de administração da sociedade, na pessoa do seu presidente, Eng. José António Ferreira de Barros que realçou os seguintes factos, sem prejuízo da leitura do respectivo documento pelos presentes:

a) Abertura da primeira agência da sociedade no Algarve, em Faro, prevendo-se a sua transferência para Albufeira, em local cedido gratuitamente pela AHETA;

b) Celebração de protocolos diversos com entidades bancárias;

c) Realização de um aumento de capital, por entradas em dinheiro, para 6 000 000 de euros, assim quase se dobrando o mesmo;

d) As operações apoiadas asseguraram a transferência para os mutualistas de cerca de 17% do capital social da sociedade, sendo que este está quase a atingir os 51% detido por mutualistas;

e) Para além das provisões financeiras e para riscos gerais de crédito usuais, fizeram-se provisões económicas, por exigência do Banco de Portugal, tendo em consideração a carteira de garantias, de tal exigência resultando um aumento das provisões em mais de 100% e um resultado negativo no exercício de 2005;

f) Aquisição, em *leasing*, após o aumento de capital antes referenciado, das actuais instalações onde funciona a sociedade;

g) Crescimento da actividade da sociedade, relativamente a 2004, em mais de 100% de garantias concedidas (40 000 000 de euros) a tal correspondendo um saldo vivo da carteira de operações que mais que duplicou (para quase 50 000 000 de euros), sendo que os Bancos accionistas da sociedade responsabilizaram-se por cerca de 54% das garantias contratadas em 2005;

h) Embora com resultados negativos, resultantes da constituição de provisões económicas, o crescimento dos proveitos foi significativo, saldando-se em mais 83% que no ano anterior, correspondendo-lhe um acréscimo de custos de cerca de 89% por via da referida imposição do Banco de Portugal (as provisões representam 50% do total de proveitos do exercício);

i) Apesar dos resultados negativos, a sociedade pagou IRC, uma vez que as provisões económicas são fiscalmente tratadas como reservas;

j) Por fim o presidente do conselho de administração fez referência ao crescimento intenso da actividade da sociedade, obrigando ao reforço da estrutura de recursos humanos da sede, antecipando o crescimento da mesma.

Mais nenhum dos presentes pretendendo usar da palavra, o presidente da mesa colocou à votação o relatório de gestão e das contas referentes ao exercício de 2005 que foi aprovado por unanimidade dos accionistas presentes.

Passando ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, lembrou o presidente da mesa a proposta de aplicação de resultados tendo sido aprovado, por unanimidade dos accionistas presentes, que a aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2005, no valor de 183 683,09 euros, fosse para resultados transitados.

Já no ponto 3.º da ordem de trabalhos, o accionista ITP propôs um voto de louvor e confiança ao desempenho dos órgãos sociais, voto que o accionista IAPMEI subscreveu e que foi aprovado por unanimidade dos accionistas presentes.

Entrados no ponto 4.º da ordem de trabalhos, o presidente da mesa deu a palavra ao conselho de administração da sociedade, na pessoa do seu presidente, Eng. José António Ferreira de Barros que referiu, sem prejuízo da leitura do respectivo documento pelos presentes, ser o plano de actividades para 2006 a continuação da actividade desenvolvida no ano anterior, prevendo-se um crescimento de cerca de 70%, de 40 000 000 de euros para, pelo menos, 66 000 000 de euros de garantias concedidas, o que se irá reflectir no investimento em recursos humanos (dois técnicos em Lisboa e um no Algarve) prevendo-se, contudo, um crescimento dos custos mais moderado que no ano anterior.

Esclareceu, ainda, que não estava prevista a abertura de mais nenhuma agência enquanto se não conseguir uma conta de exploração positiva na recentemente aberta no Algarve.

O crescimento previsto para 2006 assenta na criação de parcerias com bancos e na celebração de protocolos com accionistas, encontrando-se em estudo novos protocolos com o Millennium BCP, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Espírito Santo e Banco Santander/Totta, a par com o programa FINICIA apresentado pelo IAPMEI, que vem abrir novas áreas de actividade (garantias a *start-ups*, micro-garantias, micro-créditos, garantias de âmbito regional e novos produtos do ITP) e com acções de *marketing* da garantia mútua, a desenvolver pela SPGM.

Mais nenhum dos presentes pretendendo usar da palavra, o presidente da mesa colocou à votação o plano de actividades para 2006 que foi aprovado por unanimidade dos accionistas presentes.

No que ao ponto 5.º da ordem de trabalhos concerne, mais uma vez sem prejuízo da leitura do respectivo documento pelos presentes,

lembrou o conselho de administração da sociedade, na pessoa do seu presidente, Eng. José António Ferreira de Barros, que a alteração proposta se prende com a necessidade de agilizar a vida da sociedade face à necessidade de a maioria do capital social ser detida por mutualistas e destes, por norma, não se apresentarem às assembleias gerais, sempre lembrando que a actual exigência estatutária de *quorum* para reunir em primeira convocatória se encontra desfasada face ao disposto no código das sociedades comerciais, menos exigente nesta matéria, pelo que propõe a seguinte redacção para o n.º 1 do artigo 15.º dos estatutos: a assembleia geral só poderá reunir, em primeira convocatória, encontrando-se presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um terço do capital social.

Mais ninguém pretendendo usar da palavra foi a proposta colocada à votação e aprovada por unanimidade dos accionistas presentes.

Finalmente, em sede do ponto 6.º da ordem de trabalhos, o Eng. José António Ferreira de Barros, presidente do conselho de administração pediu a palavra para solicitar a ratificação pela assembleia geral das alterações ao regulamento de concessão de garantias que o conselho

de administração aprovou, para efeitos de depósito do mesmo, alterado, no Banco de Portugal, lembrando que as alterações ao regulamento resultam do aumento do capital social ocorrido em 2005, com a consequente revisão dos montantes máximos de créditos/*ratios* de solvabilidade e a necessidade de alteração das delegações e subdelegações internas de competência em sede de concessão de garantias, bem como com a necessidade de ir ajustando a participação dos mutualistas no capital social, por forma a garantir que estes detenham sempre um mínimo de 51% do mesmo.

Apresentadas as alterações ao regulamento de concessão de garantias que o conselho de administração aprovou, foram as mesmas ratificadas por unanimidade dos accionistas presentes.

Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos cerca das 16 horas e 30 minutos, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, (*Assinatura ilegível.*)
3000206080